



TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA NATIVA E SEUS IMPACTOS NO MODELO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO DA ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO MARACÁ, MUNICÍPIO DE MAZAGÃO/AP

Hermano Eldo Fernandes Benevides ¹

RESUMO

RESUMO: Este artigo investiga sobre Território e Educação do Campo: A exploração de madeira nativa e seus impactos no modelo pedagógico de formação de jovens do campo da escola família agroextrativista do maracá, município de Mazagão/AP. para a empreitada que se propõem, a grande questão que se levanta é, quais são os principais impactos sobre o modelo de educação do campo, baseado na pedagogia da alternância, ofertado no processo de formação de jovens da Escola Família Agroextrativista do Maracá, no município de Mazagão/AP, diante do avanço, no território, das atividades de exploração da madeira nativa conduzidas pela empresa TW Forest? O estudo busca analisar os impactos sobre o modelo de educação do campo baseado na pedagogia da alternância, ofertada no processo de formação dos jovens da Escola Família Agroextrativista do Maracá, no município de Mazagão/AP, em face do avanço, no território, das atividades econômicas de exploração da madeira nativa conduzidas pela empresa TW Forest. Adotando uma metodologia qualitativa e dialética, a pesquisa utiliza observação participante, conversas informais e análise documental para explorar as contradições e tensões socioterritoriais resultantes do processo de exploração econômica da madeira nativa em curso na área de estudo. Revela que, embora a educação do campo e a pedagogia da alternância sejam impulsionadas por movimentos sociais para promover o desenvolvimento rural e a permanência no território, a territorialização dos monopólios capitalistas da exploração madeireira desorganiza estruturas sociais e intensifica conflitos por terra e recursos. Consequentemente, o projeto educativo da EFAEXMA.

Palavras-chave: Território; Educação do Campo; Pedagogia da alternância; Formação de Jovens; Impactos Socioterritoriais;.

RESUMEN

Este artículo investiga el Territorio y la Educación Rural: la explotación de madera nativa y sus impactos en el modelo pedagógico de formación de jóvenes de la zona rural de la Escuela Familiar Agroextractiva Maracá, en el municipio de Mazagão/AP. La pregunta principal que se plantea en este trabajo es: ¿cuáles son los principales impactos en el modelo de educación rural, basado en la pedagogía de la alternancia, ofrecido en el proceso de formación de jóvenes en la Escuela Familiar Agroextractiva Maracá, en el municipio de Mazagão/AP, ante el avance, en el territorio, de las actividades de explotación de madera nativa llevadas a cabo por la empresa TW Forest? El estudio busca analizar los impactos en el modelo de educación rural basado en la pedagogía de la alternancia, ofrecido en el proceso de formación de jóvenes en la Escuela Familiar Agroextractiva Maracá, en el municipio de Mazagão/AP, ante el avance, en el

¹ Mestrando pelo programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá. hermanosiac@hotmail.com.



territorio, de las actividades económicas de explotación de madera nativa llevadas a cabo por la empresa TW Forest. Esta investigación, que adopta una metodología cualitativa y dialéctica, utiliza la observación participante, conversaciones informales y el análisis de documentos para explorar las contradicciones y tensiones socioterritoriales derivadas de la explotación económica continua de la madera nativa en la zona de estudio. Revela que, si bien la educación rural y la pedagogía de la alternancia son impulsadas por movimientos sociales que promueven el desarrollo rural y la permanencia en el territorio, la territorialización de los monopolios capitalistas en la explotación maderera desestabiliza las estructuras sociales e intensifica los conflictos por la tierra y los recursos. En consecuencia, el proyecto educativo de EFAEXMA...

Palabras clave: Territorio; Educación rural; Pedagogía de la alternancia; Formación juvenil; Impactos socioterritoriales.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão trata de um estudo de caso sobre o avanço da exploração de madeira nativa e seus impactos no modelo pedagógico de formação de jovens do campo da Escola Família Agroextrativista do Maracá, município de Mazagão/AP (figura 1 e 2). O estudo busca compreender de que maneira a pressão sobre os recursos naturais e as mudanças no território afetam o aprendizado prático, a identidade cultural agroextrativista dos estudantes e a sua perspectiva de futuro no campo.

A análise considera o território não apenas como espaço geográfico, mas como um ambiente de vida e aprendizado intrinsecamente ligado ao projeto educativo da escola, compreendendo-o em sua dimensão política e social, conforme as abordagens críticas da Geografia.

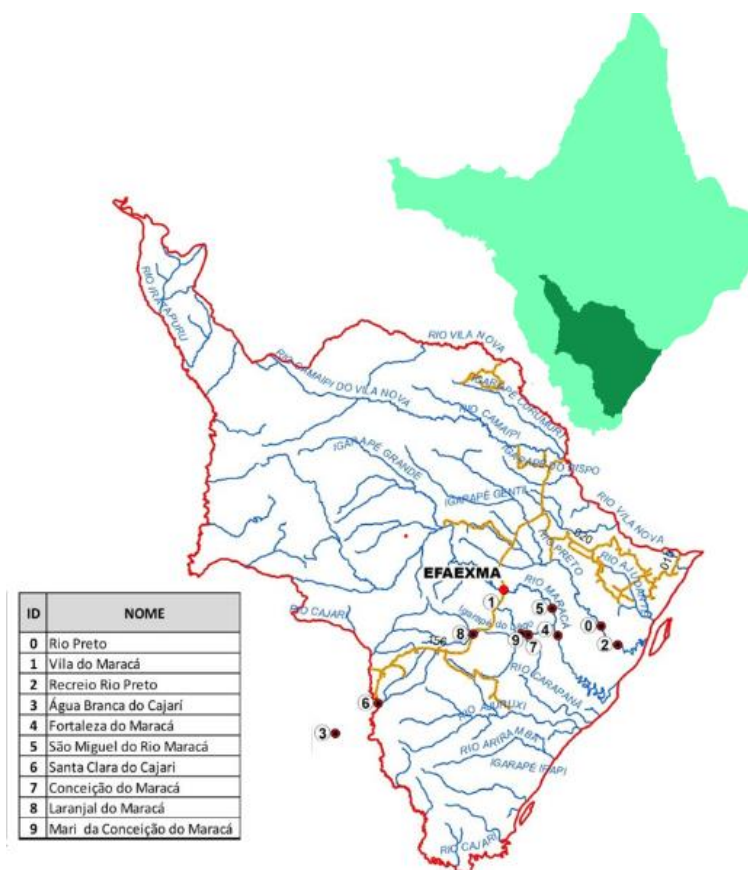
Figura 1 - Localização da EFAEXMA, Município de Mazagão/AP.



Fonte: adaptado do google. (2025)



Localização da EFAEXMA e as localidades do Maracá.



Fonte: FARIAS, Patrick, 2017 (Base Cartográfica do Estado). Adaptado 2025.

A EFAEXMA, com seu modelo pedagógico baseado na Pedagogia da Alternância, representa uma alternativa crucial na promoção de uma educação contextualizada e conectada à realidade territorial amazônica. Contudo, a exploração intensiva de madeira nativa pela empresa TW Forest, especificamente na região do Maracá, coloca em xeque a base territorial e cultural que fundamenta essa Pedagogia, impactando diretamente a eficácia do processo formativo dos jovens e a sua permanência no território.

Nessa perspectiva, a questão norteadora desta investigação é: Quais são os principais impactos gerados pelo avanço da exploração da madeira nativa no território controlado pela empresa TW Forest sobre o modelo de educação do campo, norteadora pela Pedagogia da Alternância, na formação de jovens da Escola Família Agroextrativista do Maracá, no município de Mazagão/AP?

O objetivo geral é analisar os impactos sobre o modelo de educação do campo, baseado na Pedagogia da Alternância, ofertada no processo de formação dos jovens da EFAEXMA, em face do avanço das atividades econômicas de exploração da madeira nativa conduzidas pela



empresa TW Forest. Para tal, este trabalho se propõe a: a) discutir teoricamente as relações entre os conceitos de território, os conflitos socioterritoriais e a Pedagogia da Alternância na educação do campo; b) apresentar o histórico da comunidade e da implementação da EFAEXMA sob o atual processo de exploração de madeira nativa na região, caracterizando seus conflitos socioterritoriais; e c) analisar os impactos e desafios gerados pela exploração madeireira na permanência da educação do campo.

O presente trabalho justifica-se pela significativa relevância que oferece à ampliação do debate sobre o avanço da exploração de madeira nativa e seus impactos no modelo pedagógico de formação de jovens da Escola Família Agroextrativista do Maracá, impulsionado pela atuação da empresa TW Forest. Esse fenômeno transforma os aspectos territoriais na região do Município de Mazagão, demandando uma análise mais significativa de seus impactos, não apenas sobre os processos pedagógicos da pedagogia da alternância, mas também sobre as perspectivas e o futuro de alunos, ex alunos e as famílias do campo. A Escola Família Agroextrativista (EFA) Maracá, com seu modelo pedagógico, representa uma alternativa importante na promoção de uma educação estabelecida, contextualizada e conectada à realidade do território. Portanto, investigar como esse modelo educativo é afetado pela dinâmica da exploração florestal torna-se fundamental para identificar os impactos, os desafios emergentes e para propor estratégias pedagógicas que garantam a continuidade de uma formação relacionada com as necessidades e potencialidades dos jovens do campo.

O universo de estudo compreende as comunidades que pertencem a região do Maracá, com foco especial na Escola Família Agroextrativista (EFAEXMA) do Maracá, todas situadas no município de Mazagão/AP. Mazagão é um município de grande extensão territorial, tem uma área de aproximadamente 13.294,778 km². Segundo o Censo do IBGE de 2022, a população de Mazagão era de 21.924 habitantes, com uma densidade populacional de 1,5 habitante por km², com concentração populacional em áreas específicas, principalmente nos Distritos de Mazagão Velho, Carvão e a sede do município Mazagão. Sua base econômica é setor primário (agricultura, pecuária e pesca) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As comunidades dessa região, dependem basicamente dos recursos naturais para sua subsistência e reprodução cultural e social. Portanto, historicamente, essa região já carrega traços de disputas territoriais e de ter sido palco de diferentes dinâmicas de uso e apropriação da terra, Lomba (2016), e mais recente, intensificadas, pela expansão de atividades econômicas de grande capital ligadas a exploração de madeira.



METODOLOGIA

Para esta investigação adota-se uma abordagem de caráter qualitativo, porque se considera que há uma relação dinâmica entre o real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, abordagem fundamental para a compreensão das percepções, experiências e interações dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2009, p. 21) Portanto, essa natureza de pesquisa é essencial para analisar o contexto das relações entre o avanço da exploração econômica, o território e o modelo pedagógico da EFAEXMA.

Como opção metodológica, a pesquisa configura-se como um estudo de caso. Essa escolha justifica-se por permitir, conforme a definição de Yin (2015, p. 16), a investigação de "um fenômeno em seu contexto da vida real". Nesse sentido, trata-se de uma "investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes" (YIN, 2015), e assim, permite analisar as particularidades do impacto da exploração madeireira sobre o processo formativo e a identidade agroextrativista dos jovens.

O método dialético conduz a análise, justificando-se pela necessidade de compreender as contradições, tensões e dinâmicas de transformação presentes na realidade espacial estudada. Minayo (2002, p. 24-25) afirma que a abordagem dialética abarca um conjunto de relações que constrói uma forma de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo de significados.

Para a obtenção precisa das informações que subsidiam este trabalho, foram empregadas múltiplas técnicas de coleta de dados: Utilizou-se uma combinação de várias ferramentas e métodos de fontes primárias e secundárias.

A pesquisa documental e bibliográfica. Foram analisados documentos que fazem parte do acervo da EFAEXMA, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), regimento interno, atas de reuniões de pais e direção, planos de estudo, fichamento de atividade de campo e relatórios de atividades.

Sobre literatura científica, foram realizadas buscas por artigos, teses e dissertações sobre os elementos pesquisados, como educação do campo, Pedagogia da Alternância, território e conflitos socioambientais na Amazônia. Em caráter mais informal, observaram-se notícias de jornal e mídias locais e nacionais sobre a atividade e atuação da empresa TW Forest.

Para a técnica de observação participante, foram realizadas visitas de campo a comunidades próximas da vila do Maracá e à EFAEXMA.



Foram realizadas conversas informais com membros das comunidades, professores e trabalhadores extrativistas, buscando analisar suas percepções e vivências sobre as transformações territoriais. Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos-chave previamente selecionados (gestores, professores, estudantes, pais de alunos e lideranças comunitárias). As entrevistas seguiram um roteiro flexível de perguntas. As conversas e entrevistas foram registradas por meio de anotações.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: TERRITÓRIO, CONFLITOS TERRITORIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Este tópico estabelece a base conceitual para a compreensão dos impactos da exploração de madeira nativa na região que envolve a Escola Família Agroextrativista do Maracá – EFAEXMA, localizada no município de Mazagão, no estado do Amapá. O objetivo deste trabalho é analisar como o modelo educacional da Pedagogia da Alternância, adotado pela EFAEXMA, constitui uma forma de resistência e um projeto de vida para as comunidades agroextrativistas frente a essa exploração.

O Amapá tem presenciado no últimos tempos um novo ciclo de expansão das atividades econômicas do grande capital sobre o campo e os territórios que o constitui, como é caso da avanço da atividade exploração da madeira na região do município de Mazagão onde está localizada a EFAEMA. Conforme a lógica do sistema capitalista avança, essa expansão se manifesta pela introdução de novas relações de produção, marcadas pela presença de grandes empreendimentos, pela contratação de trabalhadores assalariados e pela busca incessante pelo lucro como objetivo principal. Essa dinâmica altera o uso tradicional do território, resultando em conflitos socioterritoriais com as comunidades que praticam o modo de vida agroextrativista.

As lutas e resistências dos camponeses extrativistas contra os grandes empreendimentos que exploram o território e a sociobiodiversidade fazem parte intrínseca da Educação do Campo. Nesse cenário, o modelo pedagógico da Pedagogia da Alternância atua diretamente contra a exploração predatória, buscando, por meio de sua metodologia, trabalhar com explorações manejadas e garantir que os estudantes seguem firmes nos ensinamentos da escola. Essa educação se articula com a luta por direitos dos trabalhadores extrativistas, à terra e à água, além de combater as opressões e o aparato hegemônico que judicializa a questão agrária e criminaliza esses povos, que almejam por políticas agrícolas justas e igualitárias.



O TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA E POLÍTICA

Os conceitos de território e territorialidade são essenciais para a Geografia, pois demandam uma revisão constante em face dos processos de reordenação dos espaços. Considerando essa complexidade, o propósito desta seção é empregar esses conceitos como instrumentos de análise para conectar a região de Mazagão às atividades e aos participantes presentes no local. A partir desse ponto, será possível examinar a dinâmica da comunidade, da Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA) em relação à empresa de extração de madeira que atua no município.

É interessante observar que o conceito de território possui uma dualidade em sua origem, apresentando tanto uma conotação material quanto simbólica. Etimologicamente, a palavra "territorium" está relacionada tanto a "terra-territorium" quanto a "terreo-terror" (terror, aterrorizar). Isso significa que o território está associado tanto à dominação jurídico política da terra quanto à inspiração do terror e do medo - especialmente para aqueles que são excluídos da terra através dessa dominação, ou seja, aqueles que são impedidos de entrar no "territorium". Ao mesmo tempo, por extensão, pode-se dizer que o território também inspira identificação positiva e efetiva "apropriação" para aqueles que têm o privilégio de desfrutá-lo, como mencionado por Haesbaert (2004a).

Nas palavras de Haesbaert (2004b, p. 2):

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004:95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

O autor menciona que o território está imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço. Isso significa que existem formas de controle e poder exercidas sobre o território, tanto de natureza política e econômica (dominação concreta e funcional) quanto de natureza subjetiva e cultural-simbólica (apropriação subjetiva e/ou cultural-simbólica). Essa dualidade poder ser visível na região de Mazagão, onde acontece o controle exercido pelo grande capital, quando para a empresa, o território é visto como uma propriedade ou um recurso a ser explorado para gerar lucro. Exercendo essa “dominação” por meio de leis, contratos e poder econômico, transformando a terra em um meio de produção.



E por outro lado, a comunidade e a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA) que a apropriação é uma relação com o território que vai além do controle legal. Para a comunidade, o espaço é o lugar onde eles vivem, produzem, constroem suas identidades e perpetuam sua cultura. Eles se apropriam do território através do uso contínuo, da memória, das tradições e do manejo sustentável da sociobiodiversidade. Existindo duas lógicas antagônicas em ação.

Para Milton Santos, o território é o "chão e mais a população, isso é, uma identidade, o fato de pertencer a, é também o que vem da sociedade e do que ela produz. O território é um espaço usado, por isso o que existe nele é o que está em jogo, são os atos sociais e políticos" (SANTOS, 1996, p. 116). Em outras palavras, o território vai além do espaço físico, sendo a união do solo com a identidade e o senso de pertencimento de quem o habita. Por ser um "espaço usado" por todos os sujeitos, empresas e instituições, ele se torna o palco central para as ações humanas e para as disputas e relações de poder que estão sempre em jogo.

Nessa perspectiva, o sentido de território dialoga com a visão de outros teóricos, como Claude Raffestin, que afirmava que o território é um "produto dos atores sociais" (RAFFESTIN, 1993, p. 7). Ele se contrapõe à noção de um espaço natural e inerte, mostrando que o território é resultado das relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades. Como ele próprio explica:

"O espaço é pré-condição do território. O território é um espaço transformado pelo homem, ou seja, é um espaço dotado de sentido e significado... Ele não é apenas um lugar geográfico, mas uma rede de relações, um campo de forças, um 'campo de vida' onde as interações sociais se manifestam. O território é o espaço no qual se inscrevem os signos e símbolos de uma apropriação, a expressão de uma cultura, a materialização de um poder." (RAFFESTIN, 1993, p. 8).

Em suma, o trecho ressalta a importância de ir além da definição formal de território e territorialidade, para investigar os objetos de estudo que emergem desses conceitos. A territorialidade é vista como uma estratégia de controle social e de recursos, englobando poder de apropriação, e não apenas domínio político, econômico e cultural. Para compreender as complexas relações sociais, é fundamental reconhecer as diversidades internas e respeitar as delimitações das relações de poder inerentes a cada território.

Quando o espaço tem uma relação de poder, ocorrem modos de submissão, que representam uma forma de como as pessoas utilizam o espaço. Assim sendo, o território é fundamental para a compreensão dos movimentos socioterritoriais e das relações de poder que



se estabelecem no espaço. As relações de poder, por sua vez, são produtoras de identidade, como complementa Sack (1986 apud (HAESBAERT, 2004b), ao dizer que:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2004b).

O caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, portanto, uma abordagem que reconheça a unidade entre as dimensões da economia, política, cultura e natureza (SAQUET, 2009, p. 74). A territorialidade diz respeito ao conjunto de estratégias, práticas, emoções e saberes pelos quais um grupo social concretiza sua relação com esse espaço, afirmando seu poder, sua identidade e seu projeto de existência. É uma construção simbólica e material que envolve estratégias de pertencimento, resistência e afirmação identitária.

O entendimento de que o território é um espaço de poder e identidade, forjado por meio da dominação e da apropriação, propicia o entendimento do embate na região de Mazagão. A dominação exercida pela empresa, que vê a terra como um recurso a ser explorado, confronta-se com a apropriação da comunidade, para quem o território é um lugar de vida e de cultura.

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

A complexidade da realidade territorial no Amapá, onde um expressivo percentual do território é protegido por unidades de conservação, não elimina a persistência de conflitos. A coexistência de áreas de proteção integral com zonas de uso sustentável, cria um cenário de disputa por recursos e modos de vida. Nesses espaços não regulamentados, a grilagem de terras, a violência e as ameaças são realidades que se acentuaram nas últimas duas décadas, impulsionadas pela modernização do território amapaense por grandes empreendimentos capitalistas, como a produção de florestas plantadas e a pecuária extensiva.

Nesse contexto, os conflitos socioterritoriais emergem como confrontos estruturais, oriundos de modelos de desenvolvimento antagônicos e da competição pela apropriação do espaço. Como argumenta Rogério Haesbaert, o território é um "espaço concreto e/ou simbolicamente dominado/apropriado" (HAESBAERT, 2002, p. 149), e a dualidade entre dominação e apropriação é a chave para a compreensão desses embates. O grande capital, representado na região pela empresa de exploração madeireira, vê o território como uma propriedade ou um recurso a ser explorado para fins lucrativos, mesmo sendo em modelo de manejo florestal. Essa lógica de dominação, conforme descrito por Haesbaert, transforma a terra



em mercadoria, alinhando-se com a sanha capitalista de esgotar os recursos naturais, como demonstrado pela expansão de monoculturas e de projetos de mineração na Amazônia.

Por outro lado, as comunidades do Maracá e a EFAEXMA, se apropriam do território de maneira distinta. Para eles, o espaço é o lugar da vida, onde a identidade, a cultura agroextrativista e os laços comunitários são construídos e reproduzidos. Essa apropriação simbólica e material do território entra em choque com a lógica de dominação da empresa. A atuação da TW Forest, ao avançar sobre áreas de uso comunitário, não apenas degrada o meio ambiente, mas também desestrutura a base material e cultural que sustenta a vida das famílias, comprometendo a viabilidade das práticas agroextrativistas e o projeto de vida dos jovens.

A tensão se manifesta de forma ainda mais complexa e íntima quando se observa que alguns alunos e ex-alunos da EFAEXMA encontram na empresa de exploração de madeira uma fonte de emprego e renda. Essa situação, longe de ser um alinhamento de interesses, expõe a contradição e a fragilidade do modelo de vida tradicional frente à imposição do capital. A oferta de um emprego assalariado e a promessa de dinheiro rápido criam um dilema para os jovens e suas famílias, competindo diretamente com a visão de futuro da Pedagogia da Alternância, que busca a permanência no campo a partir da valorização do saber local e da sustentabilidade. Carlos Walter Porto-Gonçalves, em sua análise sobre as lutas ambientais, argumenta que o território, neste contexto, torna-se um campo de lutas, onde a sustentabilidade da própria Pedagogia da Alternância e a reprodução da vida comunitária estão em jogo.

O presente artigo propõe, portanto, que a análise do conflito socioterritorial no interior de Mazagão vá além da simples oposição entre empresa e escola/comunidade. Ela deve abarcar as contradições internas, as pressões externas e a capacidade de resistência dos povos do campo, que buscam, por meio da Educação do Campo e de suas práticas agroextrativistas, manter-se no território e construir um futuro que lhes garanta dignidade e autonomia, mesmo diante da intensificação dos projetos de desenvolvimento predatórios. Como afirma Miguel Arroyo:

“A luta dos povos do campo pela educação não é apenas por escolas, mas por escolas que respeitem seus tempos, seus modos de vida, suas culturas e seus territórios. A Educação do Campo não é uma educação para o campo, mas do campo, pensada e construída pelos sujeitos que nele vivem e resistem. É uma educação que se inscreve na luta por dignidade, por reconhecimento e por justiça social.” (Arroyo, 2012, p. 17)

A expansão da atividade madeireira no território, ao lado de outras atividades como a exploração de manganês, a construção de hidrelétricas e a expansão do agronegócio da soja, geram conflitos, desmatamento e alteram o ecossistema local. Segundo Lomba & Schweitzer



(2022), esses projetos de desenvolvimento, concebidos e "gestados pelo Estado brasileiro", estiveram "muito distantes de envolver a sociedade local e promover a qualidade de vida".

As identidades territoriais, embora façam parte da diversidade que forma o campo, se articulam à totalidade das relações sociais, que é a luta de classes no capitalismo globalizado. A ideia de multiterritorialidade, que reconhece a coexistência de várias territorialidades sobrepostas em um mesmo espaço físico, torna ainda mais visível a complexidade territorial. Diferentes grupos podem ter laços e práticas distintos, conferindo usos variados a uma mesma área. Por vezes, essas múltiplas territorialidades colidem, dando origem a processos de desterritorialização. Essa complexidade é bem descrita por Rogério Haesbaert:

"A multiterritorialidade é uma condição cada vez mais presente na vida dos sujeitos, especialmente daqueles que vivem em contextos de resistência. Ela expressa a articulação entre diferentes escalas — o local, o regional, o nacional e o global — que se entrecruzam na construção dos territórios. Essa articulação não é neutra, mas marcada por disputas, negociações e tensões, revelando que os sujeitos não habitam um único território, mas transitam entre múltiplos espaços, afetados por lógicas diversas. Compreender essa dinâmica é essencial para pensar políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam a complexidade das territorialidades vividas." (HAESBAERT, 2014, p. 89)

Os conflitos socioterritoriais surgem nesse cenário de disputas pela posse e uso da terra e seus recursos. No município de Mazagão, o conflito não é apenas uma disputa por terra ou recursos, mas, sobretudo, um embate entre projetos territoriais antagônicos e de territorialidades incompatíveis. Por um lado, há a territorialidade agroextrativista, construída historicamente pelas comunidades no manejo sustentável da floresta. Por outro, avança a territorialidade empresarial da exploração madeireira, que se impõe através de uma lógica de mercantilização da natureza. Esta é, por essência, desterritorializante para as comunidades, pois fragiliza ou destrói os referenciais materiais e simbólicos que sustentam seu modo de vida (HAESBAERT, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, essa dinâmica é fundamental, pois ele afirma que "toda sociedade, ao se constituir a si mesma, constitui seu espaço, conformando, assim, seu território" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 44). O território, como produto histórico e social, expressa a identidade e o poder de seus agentes, sendo o espaço de reprodução de sua cultura e de suas práticas. É a prática dos trabalhadores extrativistas que resistem, lutando pela conservação da floresta, na manutenção de seus territórios e seus modos de vida, que cria e recria seus próprios espaços.

É nesse contexto de contradições e embates que a Educação do Campo se ergue como uma resposta estratégica e um projeto de resistência. Diante da ameaça de desterritorialização



imposta pela exploração predatória, a luta pela permanência no território não se restringe à dimensão material, mas se estende para o campo da educação e da formação humana. A Pedagogia da Alternância, adotada pela EFAEXMA, surge exatamente como um projeto político-pedagógico que busca fortalecer os laços entre o jovem do campo e seu território, transformando a escola em um espaço de afirmação identitária e de capacitação para a luta.

Dessa forma, a educação se consolida como uma ferramenta crucial na manutenção de um modo de vida que o capital busca desarticular. O projeto educativo da EFAEXMA não apenas ensina, mas também articula a resistência, promovendo um modelo de desenvolvimento alternativo ao da exploração madeireira. A escola se torna o elo entre os saberes tradicionais da comunidade e o conhecimento científico, formando os jovens para que eles possam, de forma consciente, atuar na defesa de seus direitos territoriais e na valorização de suas práticas. A Pedagogia da Alternância, portanto, não é apenas uma metodologia de ensino, mas a materialização da luta pela permanência no território.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO

O sistema educacional brasileiro, historicamente, foi moldado por um modelo de política neoliberal e notadamente excludente, tendo impacto significativo e negativo na estruturação da educação geral, mas principalmente na educação rural. O descaso e a falta de políticas públicas efetivas para os filhos de camponeses, trabalhadores e povos do campo são resultados e reflexos de uma visão que, por razões históricas, valorizou o modo de vida urbano como "desenvolvido", enquanto o modo de vida rural foi estigmatizado como "atrasado". Essa dicotomia, segundo Damasceno (1993, p. 55), é atrelada às políticas sociais e às formas como o grande capital se movimenta e articula o campo, prejudicando a maioria da população que mora em áreas rurais.

A educação rural não era sequer mencionada nas primeiras constituições. Para Fernandes (2004, p. 62), a origem da educação rural está na base do pensamento latifundiário e do assistencialismo, com o objetivo de controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. No primeiro período (décadas de 1930/1940), o interesse era manter os agricultores no campo para conter a saída de trabalhadores do campo para as cidades, êxodo rural, para manter e elevar a produtividade. No segundo (décadas de 1950/1960), com a Guerra Fria e a industrialização, a educação rural se tornou uma estratégia política para barrar o avanço do dito "comunismo" no Brasil e formar mão de obra para o mercado urbano. A partir da década de



1980, com as mudanças políticas em curso no país e a mobilização dos movimentos sociais, a educação do/no campo ganhou destaque e deixou de ser pautada como Educação Rural, incluíram a educação do campo na pauta de temas estratégicos para a redemocratização do país (SECAD, 2007, p. 11).

Os movimentos sociais do campo estão colocando na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência do Estado assumir políticas públicas que garantam esse direito. [...] Não se trata de políticas compensatórias, mas de políticas que reconheçam os sujeitos do campo como portadores de direitos e saberes, e que assumam a responsabilidade de garantir uma educação que respeite suas especificidades sociais e culturais. (ARROYO, 2004, p. 24–25)

A distinção entre educação no campo e educação do campo representa um marco fundamental na luta dos movimentos sociais rurais por um modelo educativo que rompesse com a histórica de submissão às lógicas urbanas e das elites. A educação rural, como era dita, refletia uma ideologia governamental do início do século XX e a preocupação com o ensino técnico, visto como um meio de conter os agricultores e tratá-los como mão de obra. Esse modelo, que simplesmente se localizava no espaço rural, era oferecido pelo Estado de forma empobrecida e desarticulada, sem qualquer vínculo cultural com a vida dos camponeses.

Em contrapartida, a educação do campo surge da ideologia e da força dos movimentos sociais, que se uniram para lutar por uma educação pública que valorizasse a identidade, a cultura e a sabedoria dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável (Souza, 2008, p. 10). Nesse sentido, o movimento propugna não apenas pelo direito de ter uma escola no lugar onde se vive, mas pelo direito a uma educação "pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais" (Caldart, 2002, p. 26).

O debate sobre uma "Escola Básica do Campo" tornou-se uma bandeira levantada pelos movimentos sociais do campo, que lutavam por uma educação que "visualize as mudanças sociais e consiga acompanhá-las" (Rosa, 2012, p. 5), colocando o conhecimento adquirido e a sabedoria universal às experiências de vida dos estudantes das escolas do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com outras instituições, como a Igreja e sindicatos, tivera um papel central nessa articulação, que resultou em conquistas importantes no processo de redemocratização do país e mudanças no sistema educacional brasileiro.

A pedagogia da alternância.



A Pedagogia da Alternância surge na França, em meados de 1935, como uma resposta concreta e inovadora à um sistema educacional que se mostrava totalmente desvinculado da realidade do campo (CAVALCANTE; SILVA, 2021, p. 3). Nesse período, em meio a grandes transformações e tensões sociais, os pais agricultores, não entendiam o fato de que a escola tradicional, com seu ensino técnico e descontextualizado, não atendia às peculiaridades de seus filhos, servindo, na verdade, como um motor para o êxodo rural.

A história nos mostra que a primeira experiência com essa proposta veio de um grupo de agricultores, com o apoio de um padre, que se empenhou em criar uma educação que atendesse às necessidades de desenvolvimento social e econômico da comunidade local. Esse movimento, que seria conhecido como o das Casas Familiares Rurais (MFRs), nasce do desejo de valorizar o meio rural a partir de uma formação integral. Foi um processo demorado e fruto de amplas discussões, mas que se enraizou a partir das demandas de quem realmente vivia e produzia na terra.

A partir desse anseio, o grupo de agricultores idealizou um conceito de formação que, de maneira empírica, permitiria que seus filhos se educassem e se preparassem para suas futuras profissões sem abandonar suas raízes. No cerne dessa proposta estava a fórmula de uma escola que se baseava em uma partilha do poder educativo entre os atores do meio, como os pais e os formadores.

A primeira experiência com as EFAs em solo brasileiro, em 1968, teve como referência direta o modelo da *scuola-famiglia italiana de Castelfranco-Vêneto*. A chegada dessa proposta inovadora foi impulsionada por um movimento suscitado pelos próprios colonos, preocupados com a crise social e econômica. Eles assumiram a tarefa de edificar as primeiras EFAs com grande ajuda e influência da Igreja Católica, através do Padre Humberto Pietrogrande. Ele já conhecia a metodologia italiana, ajudou e motivou a vinda da alternância para o Brasil e, a partir da implantação das EFAs, surgiu o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES.

Com essas mudanças na educação brasileira, as Escolas Família Agrícola (EFAs), também conhecidas no país como as Casas Familiares Rurais (CFRs), as Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) e as Escolas Técnicas Agrícolas (ETAs) e Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), que se baseia nos mesmos princípios metodológicos e filosóficos que alicerçam a Pedagogia da Alternância, surgem como uma importante experiência de Educação do Campo.

A metodologia se consolidou a partir do princípio do "ir e vir", onde os alunos passam um período na escola (Sessão Escolar) e outro em casa, com suas famílias (Sessão Familiar).



As abordagens, se baseiam em princípios sólidos, corroborada por Carvalho e Mares (2016), que destacam os fundamentos metodológicos e filosóficos da Pedagogia da Alternância: a Formação Integral, o Desenvolvimento do Meio, a Alternância e a Associação Local.

Pedagogia da alternância no Estado do Amapá e a EFAEXMA.

No Amapá, a preocupação com a educação no campo ganhou força a partir de mobilizações e articulações entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SINTRA) e setores da Igreja Católica local, ligados à Teologia da Libertação. Conforme Sousa (2016, p. 49), a organização dos trabalhadores rurais no ano de 1981, “sob as lideranças do Sr. Pedro Ramos, Sr. Tomé Belo e outros, avançou para a fundação do STR do Amapá, cuja ação política teve profundo efeito na construção da história das escolas famílias na região”. Nesse cenário, o Pe. Ângelo D’Amaren, que chegou da Itália, trouxe documentos sobre a metodologia da alternância, iniciando um diálogo com as lideranças sindicais.

A ideia se solidificou após o grupo do SINTRA conhecer e visitar a experiência da EFA de Olivânia, no Espírito Santo. Com o conhecimento em mãos, a luta se intensificou e, conforme os Anais do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá (1987, p. 34), o movimento já reivindicava ao poder público a criação das EFAs. Contudo, o resquício do governo militar fez com que as autoridades negassem o pedido, o que levou os militantes a buscarem apoio de uma ONG italiana e a decidirem pela construção de escolas privadas, mantidas pelos próprios agricultores, seguindo o exemplo de outros estados.

Em um movimento estratégico, “um grupo foi até Manaus conhecer uma experiência bem-sucedida de escola agrícola, dirigida por Sandro Rigamonti, ex-padre no Amapá” (SOUSA, 2016, p. 51). A luta de quase uma década se concretizou em 4 de abril de 1989, com o nascimento da primeira EFA no estado, no distrito do Pacuí, com 18 jovens da região (CPT, 1989, p. 6), e, posteriormente, com as implantações da EFA da Perimetral Norte e de Afuá, em 1991. Essas iniciativas, embora tenham sido construídas sem o apoio inicial do Estado, marcaram o início de um processo que, apesar das barreiras e entraves burocráticos, continua a se expandir, visando a uma educação que de fato promova a formação integral e o desenvolvimento rural no Amapá.

A implantação da EFAEXMA como a quarta Escola Família no estado não foi um evento isolado, mas o resultado direto das lutas pela reforma agrária e ambiental que moldaram o território do sul do Amapá. Situada no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, a escola se estabelece em um espaço com um histórico de conflitos, marcado por disputas de



terras e especulação fundiária que remontam a meados do século XX. O seu nascimento, portanto, está intrinsecamente ligado ao desejo da comunidade, especialmente dos membros da Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá (ATEXMA), de “oferecer às crianças e jovens da região uma oportunidade de formação mais próxima de suas casas e que trouxesse a base produtiva local como elemento estruturador do projeto pedagógico” (Sousa, 2016, p. 66).

O Assentamento Agroextrativista do Maracá (AAM) foi criado em 27 de outubro de 1988, resultado da mobilização ambientalista e pela reforma agrária no sul do Amapá no final da década de 1970 e início da década de 1980. Com uma área de 569.208,5407 hectares, o AAM atende 939 famílias de extrativistas e pequenos agricultores (SOUZA, ELS, DINIZ, WEHRMANN, 2008, p. 2. Sua regularização fundiária ocorreu de forma coletiva, via contrato de concessão de uso, mediante a aprovação do Plano de Uso (PU). Esse plano estabeleceu normas essenciais para garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais (Acervo RAEFAP, 2025), culminando na criação da Associação de Trabalhadores em 1991 para gerir o território.

A Vila do Maracá, está em expansão e relativo desenvolvimento, em comparação com outras comunidades do município de Mazagão. possui um posto de saúde, e ambientes de lazer para atender a comunidade. Em termos de saneamento, a população é desprovida de sistemas de água e esgoto, e isso é um agravante para quem tem o rio como única fonte de abastecimento de água. Na Vila, não há a coleta de lixo, ocasionando a queima ou o despacho na mata, que tem como consequência a poluição ambiental, (informações relatadas por moradores em entrevistas informais). No que se refere à educação, as três maiores instituições de ensino da região estão localizadas na vila do Maracá. Duas pertencem às redes públicas: uma mantida pela prefeitura de Mazagão (rede municipal) e outra amparada pelo estado (rede estadual). A terceira é a EFAEXMA (objeto deste estudo), que é mantida pela RAEFAP com o apoio financeiro do Estado.

A EFAEXMA foi concebida com o propósito de atender filhos de agroextrativistas, ribeirinhos, quilombolas, promovendo uma educação baseada na identidade e na sustentabilidade do território, conforme os princípios da Pedagogia da Alternância (PA). Este modelo requer que as atividades práticas na escola, como laboratórios e outros espaços (plantas medicinais, viveiro de mudas e fruticultura) estejam em pleno funcionamento, atuando como instrumentos essenciais à formação. Contudo, a escola vem tendo dificuldade, uma fragilidade que preexiste ao conflito e compromete a aplicação efetiva dos instrumentos do modelo pedagógico. Nesse cenário, as atividades de exploração madeireira conduzida pela empresa TW



Forest atua como um fator de desarticulação da identidade, gerando uma competição ideológica. O avanço de um modelo capitalista e de uso dos recursos desestabiliza a base econômica e cultural das famílias, e impede que a EFAEXMA se apresente como uma alternativa de vida econômica e atrativa para os jovens do campo.

Toda essa dinâmica reflete-se diretamente na evasão e na alteração do vínculo dos jovens com o território, afetando o principal elemento vital da escola: seus alunos. Embora já tenha atendido mais de 1100 estudantes em sua história, a instituição hoje registra um quantitativo significativamente reduzido, contando com apenas 49 alunos no total (9 no Ensino Médio e 40 no Fundamental). Um dos fatores de maior impacto é a atuação da TW Forest, cujo atividade, funciona como um polo de atração de mão de obra e renda imediata. O dado de que boa parte dos ex-alunos que residem no Maracá possui algum vínculo de trabalho com a empresa madeireira.

A atividade madeireira, sendo intensa e controversa, consome o capital humano e social da região e cria um ambiente de conflito socioterritorial que desvia a energia e o foco da comunidade. Consequentemente, torna-se mais difícil para a EFAEXMA e as famílias se engajarem plenamente nas atividades escolares e de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar os impactos da exploração de madeira nativa, conduzida pela empresa TW Forest, sobre o modelo de educação do campo, baseado na Pedagogia da Alternância (PA), na formação de jovens da Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), em Mazagão/AP. A investigação de cunho qualitativo, pautada no método dialético e no estudo de caso, demonstrou que o avanço da atividade madeireira compromete a eficácia do processo formativo da escola.

A exploração madeireira fragiliza a base socioterritorial que sustenta o modelo pedagógico e a identidade agroextrativista e indicam que a empresa TW Forest domina o território das possibilidades futuras, esvaziando a capacidade da EFAEXMA de reter e formar novas lideranças.

Portanto, a Pedagogia da Alternância na EFAEXMA não apenas sofre com problemas internos, mas é sufocada por um conflito socioterritorial onde o modelo agroextrativista de uso sustentável se confronta com o capital exploratório da madeira nativa. Sugere-se a necessidade urgente de políticas públicas e parcerias capazes de revitalizar as práticas da Pedagogia da



Alternância e de fortalecer a EFAEXMA, garantindo que a educação do campo continue a ser um vetor de resistência e permanência no território.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias: Educação do Campo, direitos e práxis. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G. Pedagogia da Alternância: uma educação para a vida. Revista de Educação Popular, v. 3, n. 1, p. 24–25, 2004.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011

BOGDAN, R; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 2003.

BONNEMAISON, J. O território-mundo: uma geografia em busca do sentido. Lisboa: Livros Horizonte. . 2002.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia da Alternância: concepções e práticas na formação dos educadores do campo. In: MOLINA, Monica Castagna (org.). Educação do Campo e Pesquisa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 26.

CARDOSO, J P. Pedagogia da alternância e as escolas famílias no estado do Amapá: aportes para o desenvolvimento local / Josiane Pereira Cardoso; orientador, Roni Mayer Lomba. – Macapá, 2017.

CARDOSO, M. Passos básicos de como escrever uma introdução de artigos científicos. Disponível em: <http://murilocardoso.com/2012/08/17/ensino-como-escrever-uma-otima-introducao-de-artigos-cientificos/>

CARDOSO, R. C. Pedagogia da Alternância e o trabalho como princípio educativo. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará. 2017.

CARVALHO, A. C.; MARES, F. M. Pedagogia da Alternância e sua essência filosófica e metodológica. In: I Encontro de Pesquisa em Educação do Campo no Nordeste. Recife. 2016.

CAVALCANTE, R. C. A.; SILVA, R. M. A. da. Educação do campo: resistência social e desmonte neoliberal. Revista Serviço Social em Debate, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2021. Disponível em Revista UEMG.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões colocadas pelas sociedades complexas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. Sociedade civil e teoria política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

CPT. Jornal da CPT. Macapá: CPT, 1989. p. 6.



DAMASCENO, Monica B. Educação e trabalho no campo. São Paulo: Cortez, 1993. p. 55.

DANTAS, Marisa Bezerra. As Escolas Família Agrícola no Nordeste do Brasil: A Pedagogia da Alternância como Mediação para o Desenvolvimento Sustentável. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ESTEVAM, M. Pedagogia da Alternância: uma perspectiva de educação para o desenvolvimento rural sustentável. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2003.

FILOCREÃO, J. B. G. História e Formação Territorial do Amapá: conflitos, fronteiras e resistências. Macapá: UNIFAP, 2015. p. 15-18.

FERNANDES, Bernardo M. Movimento Sem-Terra: a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. p. 62.

FERNANDES, Bernardo M. Territórios da luta: movimentos sociais e conflitos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GARCIA-MARIRRODRIGA, Rosa; CALVÓ, Joan S. A Nova Ruralidade no Brasil. Revista de Geografia, v. 2, n. 2, p. 15-28, 2010.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002

GIMONET, J. A Alternância como projeto: um estudo sobre a Pedagogia da Alternância. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 40.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas S;A, 2008.

HAESBAERT, R. Territórios globais: a nova cartografia do mundo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Territórios de identidade e espaços de poder: a luta pela apropriação do espaço. In: HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade: um olhar sobre o território na Amazônia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 89.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. (3ª ed.). São Paulo: Atlas. 1996

LOMBA, B. S.; SCHWEITZER, E. Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Amapá. Revista Pós-graduação em Geografia do Brasil, v. 14, n. 2, p. 15-28, 2022.

LOMBA, R. M.. Os conflitos pela terra no Amapá: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. In: LOMBA, R. M. et al. (org.). Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, v. 2, 2016. p. 185-207.



MANSANO, Roberto. Território e poder. São Paulo: Annablume, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. (28ª ed.). Petrópolis: Vozes. 2009).

PESCUNA, D; CASTILHO, A.P.F. Projeto de pesquisa: o que é? E como fazer? um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização: a nova ecologia política. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002

PORTO, H. S. Territorialidade do capital: um estudo sobre as transformações do espaço na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2003. aulo: Contexto, 2004.

PRODANOV, C. C. ; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale. 2017

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática. 1993

RIBEIRO, F. A. Educação do campo: uma ferramenta de emancipação. Revista de Ciências Humanas, v. 10, n. 2, p. 167–169, 2013.

RIBEIRO, J. C. A. A ocupação do vale do Maracá. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará. 2009

RIOS, T. A. Pedagogia da Alternância e Formação Humana. Revista de Educação, v. 21, n. 2, p. 45–58, 2007.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

SECAD. Educação do Campo: uma luta por direitos. Brasília: MEC, 2007. p. 11.

SOUSA, E. B. de. A Pedagogia da Alternância na formação dos jovens do campo no Amapá. Macapá: UNIFAP, 2016. p. 49, 51, 66.

SOUZA, M. L. de. Educação no Campo: uma proposta de educação popular. Revista de Educação, v. 18, n. 2, p. 10, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

UNEFAB. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Relatório Anual, 2011.

VIEIRA, S. Como escrever uma tese. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1996.